

# PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18º REGIÃO Secretaria da Corregedoria Regional

#### RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

2014

ANO:

TIPO DE COR	REIÇÃO:	ORDINÁRIA		
MODALID	ADE:	SEMIPRESENCIAL		
UNIDADE CORREICIONADA:		CATALÃO		
·				
PERÍODO CORREICIONADO:		1º/11/2013 a 31/10/2014		
CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA			

EQUIPE CORREICIONAL		
SERVIDOR FUNÇÃO		
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional	
Bruno Barbosa Dib	Assistente	
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente	
Marina Sabino Coutinho	Assistente	
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente	

#### 1 – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento (1)	2.052
2	Processos solucionados (1)	1.944
3	Produção (1)	95%
4	Processos pendentes de solução, incluídas as sentenças anuladas, em 31/10/2013	136
5	Execuções remanescentes em 31/10/2013	356
6	Execuções iniciadas no período de 01/11/2013 a 31/10/2014	564
7	Execuções encerradas no período de 01/11/2013 a 31/10/2014	506
8	Total das execuções em trâmite em 31/10/2014, incluídos os processos em Arquivo Provisório	414
9	Execuções no arquivo provisório em 31/10/2014	405

10	Número de processos recebidos no período correicionado anterior (2)	1.235
11	Número de processos recebidos neste período correicionado (1)	2.052
12	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%)(2)	66%
13	Número de processos na fase de execução em 31/10/2013	356
14	Número de processos na fase de execução em 31/10/2014	414
15	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%)(2)	16,29%

OBS 1.: Foram apurados os dados estatísticos disponíveis no sistema E-Gestão, na data do encerramento da Correição, referentes ao período de 01/11/2013 a 31/10/2014.

OBS 2.: A última Correição ordinária na Unidade foi realizada em julho de 2013 (período correicionado de 1º/06/2012 a 31/05/2013).

#### 2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE

#### 2.1 - Juízes que atuam na unidade

Juiz Titular	Armando Benedito Bianki	
Juiz Auxiliar	Elias Soares de Oliveira	
Juiz Substituto		

#### 2.2 - Residência do Juiz Titular

O Juiz(íza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de	SIM	NÃO
jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

#### 2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juízes comparecem à Unidade)\*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular		X		X	X
Auxiliar fixo	X		Х		

<sup>\*</sup> Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

#### 2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	5

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos	SIM	NÃO
Juízes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?		Х

#### 2.4.2 – Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		Х

#### 2.4.3 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	77
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	78

Página 3

#### 2.4.4 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	14
Ordinário	24

#### 2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	623
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	2
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	22
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0

#### 2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	61

#### 2.6.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	3
Ordinário	3

#### 2.6.3 - Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar (se houver)	-	-
Juiz Substituto (se houver)	-	-

Não são proferidas sentenças líquidas

2.6.4 - Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	2

#### 2.6.5 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	0
Sentença na fase executória	0
Embargos de declaração	0

### 2.6.6 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(íza)
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			-

#### 2.7 - Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	19
Ordinário	52

#### 2.8 - Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	Х	
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	42%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)		38%

#### 2.9 - Taxa de congestionamento do período correicionado

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	27%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	11%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	71%
Na Unidade correicionada, na fase de execução	60%

#### 3 - SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO

#### 3.1 – Estrutura da Secretaria

#### 3.1.1 - Quadro de Pessoal

Nome	Função	Situação
RENATA RIBEIRO BORGES MELO	DIRETORA DE SECRETARIA	EFETIVO
ALAN MARCOS VAZ		EFETIVO
ANTÔNIO COELHO DE OLIVEIRA FILHO	OFICIAL DE JUSTIÇA	EFETIVO
CLÁUDIO DE ALCÂNTARA FERREIRA	OFICIAL DE JUSTIÇA "AD HOC"	EFETIVO
GRACIANE CRISTINE TEIXEIRA ZALAMENA	ASSISTENTE DE JUIZ	EFETIVO
JULIANA GASPARELLI FERREIRA		EFETIVO
MÁRA CRISTINA MACHADO RODRIGUES	SECRETÁRIA DE AUDIÊNCIA	EFETIVO
MELQUIOR DE OLIVEIRA ARAÚJO	ASSISTENTE DE JUIZ	EFETIVO
PAULO ANTÔNIO CUNHA	FC-2	EFETIVO
PAULO JONAS DA SILVA	SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA	EFETIVO
SÔNIA SEBASTIANA PEREIRA MATOS	ASSISTENTE DE DIRETOR	EFETIVO
THERESA ROSA DE LIMA		EFETIVO
FLAVIANE CORREIA SOARES		MENOR-APRENDIZ
MARIANA MELO MESQUITA DE SIQUEIRA		ESTAGIÁRIA
JESSICA DA SILVA DANTAS		ESTAGIÁRIA

#### 3.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	20
Notebooks	3
Impressoras	6
Multifuncionais	3
Fax	1
Digitalizadora	2
Leitores óticos	2

#### 3.2 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	1
Atualização de cálculos	1
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	3

#### 3.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	x
Consumo racional de energia elétrica	х
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	x
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	х
Aproveitamento de papel usado como rascunho	х
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	х
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	х
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

#### 4 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade procedeu à digitalização da íntegra dos processos, quando da implantação do processo digital?	Х		
2	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do PGC?	x		
3	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo? (indicar no campo observações com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	х		Mensalmente.
4	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do PGC)?	×		
5	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 175 do PGC?	х		
6	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do PGC?	Х		
7	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, nos termos do art. 195 do PGC?	Х		
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	х		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
9	A unidade fotografa os bens no ato da penhora, disponibilizando as fotos no processo?	Х		
10	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?			
11	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, com a consequente alteração dos dados cadastrais nos sistemas informatizados?	х		
12	Nas execuções suspensas por inércia do credor, é expedida certidão de crédito ao credor, nos termos do art. 242 do PGC? Em caso afirmativo, qual o procedimento adotados após a expedição?		x	
13	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
14	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4°, da Lei nº 6.830/80?	х		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
15	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8°, IV, da Lei n° 6.830/80 e 183 do PGC?	х		Entretanto não insere o número das CDA's nas demais publicações, descumprindo o artigo 185 do PGC.
16	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a divida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		
17	A Unidade procede à guarda física dos autos em papel que baixam do Tribunal, após o julgamento de recursos, ou que aguardam julgamento de recursos pelo TST, bem como das Ações de Execução Fiscal recebidos da justiça comum?	х		
18	A unidade obedece o disposto no art. 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios de execução nas Ações de Execução de crédito previdenciário, inclusive os previstos no art. 159 do PGC?			
19	A unidade procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, o valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 163 parágrafo 2º do PGC.	Х		
20	A unidade possui processos com o último andamento AQCC-Arquivo Definitivo/Certidão de Crédito Expedida?		х	
21	A Unidade realiza a reunião de processos na fase de execução? Em caso afirmativo, a reunião importa na extinção do processo reunido?	Х		A reunião não importa no arquivamento.

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
22	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e entregar à equipe correicional juntamente com o levantamento correicional)	x		
23	Encontra-se em andamento processo de eliminação de autos findos? (em caso afirmativo, indicar no campo observações qual o período envolvido, bem como a data da última eliminação)		x	
24	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list) e indicando o prazo de guarda dos autos, possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		
25	A unidade procede, periodicamente, à revisão dos processos não alimentados, não validados ou com lançamentos que impedem a inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme orientação constante das Mensagens SCJ nº 30/2012 e 32/2012?	X		
26	A Unidade possui Juiz Auxiliar? Em caso afirmativo, informar a periodicidade de revezamendo entre o Juiz Titular e o Juiz Auxiliar na pauta de audiências (diário, semanal ou mensal?)	x		A unidade possui Juiz Auxiliar Fixo que atua em revezamento com o Juiz Titular na realização das audiências com periodicidade diária.
27	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução?	-	-	Inicial: dezembro/2014; Instrução: janeiro/ 2015.
28	A unidade adota ações específicas visando o cumprimento das Metas Nacionais do Judíciário, instituídas pelo CNJ para o ano de 2013? Em caso afirmativo, cite-as.	х		

## 5 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS 5.1 – Convênios

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG	X		
INCRA	X		
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	Х		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

#### 5.2 - Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

#### 6 - RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL

6.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior

Cumpriu?			
Recomendação	SIM	NÃO	Observações
1 — A observância do disposto no artigo 346 do PGC, visto que, em processos em que figura como reclamante pessoa idosa ou menor, não há a intimação do Ministério Público do Trabalho para comparecimento em audiência, nem tão pouco, das sentenças proferidas e dos acordos homologados;	x		
2 — O lançamento, com regularidade, no sistema SAJ18 dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, inclusive as recursais, tanto na fase de conhecimento como na de execução, nos termos do artigo 163 do PGC;	x		
3 – Que os juízes, nos processos em que houver a celebração de acordo entre as partes, exijam, sempre que possível, que o pagamento do acordo seja efetuado através da utilização de conta judicial, tendo em vista o convênio firmado entre o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e as instituições bancárias oficiais para administração dos depósitos judiciais, que assegura a obtenção, em contrapartida, de remuneração baseada no saldo médio das contas judiciais, viabilizando o aprimoramento da atividade finalística da Corte;	x		
4 - Que a Secretaria se abstenha de remeter os autos ao arquivo provisório sem a correspondente decisão judicial e regularize os andamentos processuais relativos à suspensão da execução (POSEX), visando refletir a realidade da tramitação processual e assegurar a fidelidade das informações no banco de dados, acessíveis tanto por meio dos programas informatizados quanto pela rede mundial de computadores, conforme constatado, respectivamente, nos itens 15 e 14 do Relatório da Correição – Constatações;	x		
5 – O cumprimento da disposição contida no artigo 68, inciso III da Consolidação dos Provimentos da CGJT, do Tribunal Superior do Trabalho, bem como no artigo 160 do PGC deste Tribunal, que determina a citação dos sócios, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica do executado, para que, no prazo de 48 horas, indique bens da sociedade (art. 596 do CPC) ou garanta a execução sob pena de penhora.	x		

#### 6.2 – Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos e certifica a inexistência de pendências, indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTOrd 0001506-62.2014.5.18.0141, RTOrd 0001366-28.2014.5.18.0141, RTOrd 0001717-98.2014.5.18.0141, RTOrd 0001838-29.2014.5.18.0141 e RTAlç 0001148-97.2014.5.18.0141).
2	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado SAJ18 os valores decorrentes dos acordos ou das execuções pagas, cumprindo, assim, o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd 0001506-62.2014.5.18.0141, RTOrd 0001366-28.2014.5.18.0141, RTOrd 0001717-98.2014.5.18.0141, RTOrd 0001838-29.2014.5.18.0141 E RTAIç 0001148-97.2014.5.18.0141).
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO CUMPRE o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que NÃO constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTSum 0000038-63.2014.5.18.0141, RTOrd 0000358-16.2014.5.18.0141, RTOrd 0000338-25.2014.5.18.0141, RTOrd 0000102-73.2014.5.18.0141 e RTSum 0000288-96.2014.5.18.0141).
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE os ofícios determinados na sentença (processos: , RTOrd 0000338-25.2014.5.18.0141, RTOrd 0000102-73.2014.5.18.0141, RTSum 0000288-96.2014.5.18.0141 e RTOrd 0000358-16.2014.5.18.0141).
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas de forma completa e correta, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTSum 0000038-63.2014.5.18.0141, RTOrd 0000358-16.2014.5.18.0141, RTOrd 0000338-25.2014.5.18.0141, RTOrd 0000102-73.2014.5.18.0141 e RTSum 0000288-96.2014.5.18.0141).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que nos acordos homologados pela Vara do Trabalho são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, uma vez que as atas homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: RTOrd 0000022-12.2014.5.18.0141, RTOrd 0000262-98.2014.5.18.0141, RTOrd 0000432-70.2014.5.18.0141, RTOrd 0001493-97.2013.5.18.0141 e RTOrd 0001466-17.2013.5.18.0141).
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no SAJ os valores referentes ao pagamento das parcelas do acordo, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd 0000022-12.2014.5.18.0141, RTOrd 0000262-98.2014.5.18.0141, RTOrd 0000432-70.2014.5.18.0141, RTOrd 0001493-97.2013.5.18.0141 e RTOrd 0001466-17.2013.5.18.0141).
8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se a utilização de conta judicial para pagamento dos acordos homologados, cumprindo o disposto na Recomendação TRT18ª nº 1/2014 (processos: RTSum 0001438-15.2014.5.18.0141, RTOrd 0001382-79.2014.5.18.0141 e RTOrd 0001182-72.2014.5.18.0141).

Item	Constatações
9	Em consulta à ferramenta Birô, do sistema informatizado SAJ18, em 24/11/2014, constatou a inexistência de processos com data limite vencida.
10	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40, § 2º da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 06 meses (processos: RTOrd 0000241-59.2013.5.18.0141, RTOrd 0000408-76.2013.5.18.0141, RTOrd 0000650-35.2013.5.18.0141 e RTSum 0000418-23.2013.5.18.0141).
11	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema SAJ o andamento "EXECUÇÃO SUSPENSA", indicando o motivo (processos: RTOrd 0000241-59.2013.5.18.0141, RTOrd 0000650-35.2013.5.18.0141 e RTSum 0000418-23.2013.5.18.0141).
12	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho determina, mediante decisão, o arquivamento provisório dos autos, após exaurimento do prazo de suspensão, nos termos do artigo 40, § 2ª e 4º da Lei 6830/80 (processos: RTOrd 0000241-59.2013.5.18.0141, RTOrd 0000408-76.2013.5.18.0141, RTOrd 0000650-35.2013.5.18.0141 e RTSum 0000418-23.2013.5.18.0141).
13	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema SAJ o andamento "ARQUIVO PROVISÓRIO", conforme determinação judicial (processos: RTOrd 0000241-59.2013.5.18.0141, RTOrd 0000408-76.2013.5.18.0141, RTOrd 0000650-35.2013.5.18.0141 e RTSum 0000418-23.2013.5.18.0141).
14	Nos processos a seguir relacionados, de execução fiscal, constatou-se que das PUBLICAÇÕES expedidas pela Secretaria da Vara do Trabalho NÃO CONSTAM os números das CDA's respectivas, descumprindo o disposto no artigo 185 do PGC (processos: ExFis 0056300-09.2009.5.18.0141 e ExFis 0120400-07.2008.5.18.0141).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: RTOrd 0001378-76.2013.5.18.0141, RTOrd 0001378-76.2013.5.18.0141, RTOrd 0001344-04.2013.5.18.0141 e RTSum 0000333-03.2014.5.18.0141).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no SAJ os valores referentes ao recolhimento previdenciário, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd 0001378-76.2013.5.18.0141, RTOrd 0001378-76.2013.5.18.0141, RTOrd 0001344-04.2013.5.18.0141 e RTSum 0000333-03.2014.5.18.0141).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara lançou corretamente no sistema informatizado SAJ os andamentos que representam o início e o fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd 0001378-76.2013.5.18.0141, RTOrd 0001344-04.2013.5.18.0141 e RTSum 0000333-03.2014.5.18.0141).

Item	Constatações
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza sistematicamente os convênios BACENJUD, RENAJUD, INCRA e INFOJUD, independentemente do requerimento da parte, na tentativa de encontrar bens do executado para constrição, cumprindo o disposto no artigo 159 do PGC, além da expedição de mandado de penhora e avaliação quando os referidos convênios restam infrutíferos (processos: RTOrd 0000380-74.2014.5.18.0141, RTOrd 0001403-89.2013.5.18.0141, RTOrd 0001095-53.2013.5.18.0141 e RTSum 0000364-23.2014.5.18.0141).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente, após a liquidação dos cálculos, nos casos em que o valor da conta é inequivocamente superior ao referido depósito, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTOrd 0000821-89.2013.5.18.0141 e RTOrd 0000880-77.2013.5.18.0141).
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado SAJ os andamentos que informam o início e o fim da execução, nos momentos previstos nos incisos l e II do artigo 1º do Provimento TRT 18º SCR nº 3/2013, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd 0000222-19.2014,5.18.0141, RTSum 0001057-41.2013.5.18.0141, RTOrd 0000380-74.2014.5.18.0141, RTOrd 0001403-89.2013.5.18.0141, RTOrd 0001095-53.2013.5.18.0141 e RTSum 0000364-23.2014.5.18.0141).
21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho cita os sócios, via mandado, antes de qualquer medida constritiva de seus bens, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, cumprindo o disposto no artigo 160 do PGC (processos: RTOrd 0000298-43.2014.5.18.0141 e RTOrd 0000801-35.2012.5.18.0141).
22	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho das designações das audiências iniciais, acordos homologados e sentenças prolatadas, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, cumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTOrd 0000089-74.2014.5.18.0141, RTOrd 0001424-65.2013.5.18.0141, RTSum 0000260-31.2014.5.18.0141, RTSum 0001358-85.2013.5.18.0141, RTSum 0000308-87.2014.5.18.0141, RTOrd 0001322-43.2013.5.18.0141, RTSum 0000793-87.2014.5.18.0141, RTOrd 0001025-36.2013.5.18.0141).
23	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara, em termo de remessa, certifica os feriados, indica o rito adotado, e o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envios dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no art. 128 do PGC. (processos: RTSum 0001139-38.2014.5.18.0141, RTSum 0000829-32.2014.5.18.0141, RTSum 00001539-17.2014.5.18.0141, RTOrd 0001068-36.2014.5.18.0141, RTOrd 0001043-57.2013.5.18.0141, RTOrd 0001263-55.2013.5.18.0141, RTOrd 0001401-22.2013.5.18.0141).
24	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema SAJ o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC. (processos: RTSum 0001139-38.2014.5.18.0141, RTSum 0000829-32.2014.5.18.0141, RTSum 0000106-13.2014.5.18.0141, RTOrd 0001068-36.2014.5.18.0141, RTOrd 0001043-57.2013.5.18.0141, RTOrd 0001401-22.2013.5.18.0141).
25	O Juiz analisa, de forma explicita, os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal. (processos: RTSum 0001139-38.2014.5.18.0141, RTSum 0000829-32.2014.5.18.0141, RTSum 0000106-13.2014.5.18.0141, RTSum 0000539-17.2014.5.18.0141, RTOrd 0001068-36.2014.5.18.0141, RTOrd 0001043-57.2013.5.18.0141, RTOrd 0001263-55.2013.5.18.0141, RTOrd 0001401-22.2013.5.18.0141).
26	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 07/01/2014 e 30/09/2014, constatouse que: (1º) o atraso médio para início de audiências é de 15 minutos e (2º) em média, são incluídos, diariamente, na pauta de audiências, 15 (quinze) processos.
27	Analisados em 23/09/2014, por amostragem, os processos a seguir relacionados, constatou-se que o prazo médio para elaboração de despachos é de 2 (dois) dias, em conformidade com o previsto no artigo 189, inciso I do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho. Constatou-se, também, que o prazo médio para cumprimento de despachos e diligências pela Secretaria da Vara é de 1 (um) dia, em conformidade com o prazo previsto no artigo 190, inciso II do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho (processos: RTOrd-0001477-46.2013.5.18.0141, RTSum-0000195-36.2014.5.18.0141, RTOrd-0000132-11.2014.5.18.014, RTOrd-0000379-26.2013.5.18.0141 e RTSum-0000530-55.2014.5.18.0141).